

RESENHA DO LIVRO “PROJETO NÓS PROPOMOS! GOIÁS: CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO E ATUAÇÃO CIDADÃ”



Rodrigo Gavioli DINIZ¹
e-mail: rodrigogaviolipsn@gmail.com



Maiara Rodrigues da Silva OLIVEIRA²
e-mail: maiararsoliveira13@gmail.com



Angela Maria ENDLICH³
e-mail: amendlich@uem.br

Como referenciar esta resenha:

DINIZ, R. G.; OLIVEIRA, M. R. S.; ENDLICH, A. M. Resenha do livro “Projeto Nós Propomos! Goiás: construção do pensamento geográfico e atuação cidadã”. **Rev. Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 33, n. 00, e026001R, 2026. e-ISSN: 2178-7298. DOI: 10.33081/33e026001R



| Submetido em: 02/06/2023
| Revisões requeridas em: 26/05/2025
| Aprovado em: 26/08/2025
| Publicado em: 07/08/2026

Editor: Prof.^a Dra. Danielle Cardozo Frasca Teixeira
Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná – PR – Brasil.

² Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná – PR – Brasil.

³ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Paraná – PR – Brasil.

Resenha

OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de; CAVALCANTI, Lana de Souza; MORAES, Loçandra Borges de (org.). **Projeto Nós Propomos! Goiás: construção do pensamento geográfico e atuação cidadã**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2022. 255 p.

O livro “Projeto Nós Propomos! Goiás. Construção do pensamento geográfico e atuação cidadã” de 255 páginas tem como organizadoras as professoras Karla Annyelly Teixeira de Oliveira – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e docente na Universidade Estadual de Goiás (UEG) –, Lana de Souza Cavalcanti – Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e docente na Universidade Federal de Goiás (UFG) e Loçandra Borges de Moraes – Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e docente na Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Após as primeiras formalidades, o livro traz uma apresentação por parte da Professora Doutora Eurize Caldas Pessanha, importante nome da área da educação. De início, ela explica a origem e função do projeto, que culminou no livro aqui referenciado. Ele é fruto de um edital lançado no final de 2018 pela Fundação Carlos Chagas com o Itaú Social, denominado “Anos Finais do Ensino Fundamental – Adolescências, Qualidade e Equidade na Escola Pública”.

O conteúdo que originou o livro foi criado em um esforço conjunto por diversas pessoas, sobretudo porque as ações tiveram que ser realizadas em um momento bastante atípico, na pandemia de Covid-19. A autora discorre ainda que há um projeto mais amplo que se originou na Universidade de Lisboa (ULisboa), mas que tem sido aplicado no contexto brasileiro e também em outros países. No caso dessa experiência em Goiás, o foco central do projeto foi a cidadania territorial que parte da realidade concreta dos estudantes, buscando soluções para os problemas que os afligem. Basicamente, a proposta foi a de possibilitar que os estudantes construíssem sua cidadania por meio do estudo da Geografia e sua base conceitual. Atrelado a isso, estava também a própria formação continuada docente, a integração e multiplicação de saberes.

A dinâmica envolveu professores de universidades e a escola, os aproximando. Dessa forma, foi um trabalho colaborativo e uma pesquisa aplicada, com uma metodologia bem definida. As dinâmicas foram realizadas tanto presenciais quanto com as adaptações necessárias diante da pandemia, o que foi superado com o comprometimento de todos os participantes. Os trabalhos realizados culminaram na produção do livro aqui analisado.

O livro conta com três seções, cada qual contendo um número de artigos. A primeira é intitulada “Bases teórico-metodológica”, enquanto as outras duas apresentam os resultados do

projeto, sendo uma delas nomeada como “Investigações sobre cidade, campo e a vida em diferentes contextos” e a outra intitulada “Investigações sobre população, patrimônio e cidadania”.

Nessa primeira seção os capítulos existentes são: “O projeto Nós Propomos! Goiás concepção teórica e metodológica”, “Ensinar Geografia numa perspectiva da participação cidadã: mediação didática e protagonismo docente” e “Projetos de investigação e as suas contribuições ao desenvolvimento do pensamento geográfico e a cidadania no ensino fundamental, anos finais”. Vale ponderar, entretanto, que dos três capítulos dessa seção focalizamos nos dois primeiros, pois evidenciam as principais bases teóricas e metodológicas que fundamentam o livro e a execução das experiências. De qualquer modo, é preciso observar que apesar do recorte que estabelecemos devido à extensão do livro, esse terceiro capítulo é de uma importância ímpar.

O capítulo intitulado “O projeto Nós Propomos! Goiás concepção teórica e metodológica” dá início à primeira seção que tem como foco as bases teórico-metodológica. Ele é composto pela exposição do conteúdo elaborado pelas autoras Loçandra Borges de Moraes – Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Lorena Francisco de Souza – Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes – Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e Priscylla Karoline de Menezes – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A proposta geral do capítulo foi a de desenvolver a discussão teórico-metodológica que serve de base do Projeto “Nós Propomos! Goiás”. Para tanto, as autoras realizaram a apresentação dos encaminhamentos metodológicos das ações desenvolvidas; abordaram os fundamentos teóricos, cujas premissas estão na relação entre a cidadania e o território; apresentaram as experiências das ações, cujo recorte espacial foi a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e o estado de Goiás.

No texto, as autoras discorrem sobre a relevância geográfica do projeto, sua importância para a educação, bem como sua relação com os estudos da cidade, sobretudo no que tange ao uso dos Fascículos Didáticos da Rede de Pesquisa em Ensino de Cidade (Repec), material este utilizado como recurso didático textual junto aos estudantes. Falam ainda sobre a diferença

entre o projeto no Brasil, que funciona por edital, e da experiência em Portugal, onde as escolas se inscrevem de forma espontânea.

O projeto possui um enfoque marcante na cidadania, partindo do entendimento de que os direitos humanos abrangem uma ampla gama de acessos — hoje aparentemente simples e naturalizados, mas que são, na verdade, resultados de intensas lutas históricas. Apesar disso, não é uma tarefa simples efetivar esse exercício da cidadania. As autoras se utilizam de referenciais teóricos que apresentam conceitos pertinentes ao debate e que mostram que a cidadania não se esgota em direitos civis ou políticos, porque abrange também direitos sociais.

Fala-se ainda, no capítulo, sobre os entraves existentes para a efetivação plena da cidadania, como é o caso da própria escravidão e suas marcas na história. A partir de uma revisão teórica inicial, as autoras apontam a forte ligação entre cidadania e o território como um dado simbólico. Distanciam-se da perspectiva do território estritamente físico e se aproximam da visão de um território das relações sociais que se projeta espacialmente.

Evoca-se, neste sentido, a ideia de cidadania territorial, que representa a construção da identidade dos sujeitos em relação ao espaço, pois somente assim é que estes poderão intervir e promover transformações. Esse é o cerne do projeto, aproximar o estudante de sua realidade, de modo que ele possa se reconhecer como pertencente, observando as demandas, apresentando os problemas e gerando soluções. Ou seja, despertando o protagonismo social, que está intrinsecamente ligado à cidadania. Para isso, foi necessário que o projeto se desenvolvesse nas cidades dos estudantes, considerando suas referências espaciais.

O segundo capítulo do livro “Ensinar Geografia numa perspectiva da participação cidadã: mediação didática e protagonismo docente” foi escrito por Alexsander Batista e Silva – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e docente na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Cláudia do Carmo Rosa – Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e docente na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Leovan Alves dos Santos – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor efetivo das redes de ensino do município de Goiânia e da rede estadual de Goiás e Vanilton Camilo de Souza – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e docente na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Os três autores e a autora do capítulo iniciam destacando a dificuldade de promover a formação cidadã no contexto de um ensino de Geografia fragmentado e acrítico. Apontam que a solução envolve superar o reducionismo nos processos de construção do conhecimento, o que passa pela atuação do professor de Geografia. O estudo dessa ciência e a formação de uma base

conceitual que permita que o aluno possa interpretar sua realidade por meio deste são preceitos da formação cidadã. Traz-se ainda essa base conceitual da Geografia, que envolve uma atitude indagadora diante de sua realidade, uma capacidade de análise das coisas que constituem seu contexto, percepção de que os objetos que são estudados constituem várias escalas, sobretudo global e local, conceber que não existe um saber único e imutável, mas reconhecer que existem diversos tipos de conhecimento, temas complexos, compreender que fenômenos e processos geográficos são históricos e também entender a relevância do espaço.

Os autores e a autora discorreram sobre a função da escola nesses processos de formação cidadã, sobretudo de um sujeito autônomo e crítico. O projeto, conforme disposto no capítulo, busca promover uma mudança qualitativa no conhecimento em relação ao tema, envolvendo pesquisadores, professores das escolas, estudantes e chegando até a comunidade por meio da proposição de soluções. É, portanto, uma proposta metodológica, cuja base é dialética, que envolve a formação do pensamento geográfico e se pauta na premissa da cidadania, abrangendo a cidade e o urbano. O percurso didático do projeto esteve assentado nas concepções da Professora Doutora Lana de Souza Cavalcanti e a justificativa é a concepção de que o pensamento geográfico se constitui como habilidade da formação humana diante da complexidade do mundo vivido.

O capítulo discorre também sobre a importância do trabalho colaborativo entre os profissionais da educação. Nesse sentido, os processos de interação e o compartilhamento de saberes são muito importantes. Atividades práticas, como essa, mobilizam não apenas professores e estudantes, pois em razão de seu caráter aplicado, há o envolvimento da escola e da comunidade e os resultados podem se transformar em proposições que venham a melhorar as condições de vida da população. Por isso, ao partir do lugar do aluno, o projeto permite que os conhecimentos geográficos sejam internalizados por meio da vivência concreta.

Além dessa seção dedicada às bases teóricas e metodológicas do projeto, o livro inclui outras duas partes que apresentam os resultados obtidos por meio das experiências realizadas entre 2019 e 2021, conforme já mencionado. Vale ratificar que a execução do projeto se deu em vários municípios da unidade da federação supracitada (Goiás), principalmente, mas não exclusivamente, naqueles que compõem a RMG.

A iniciativa de implementar o projeto em distintos municípios – mesmo que compartilhem semelhanças e estejam interligados, geográfica, econômica e politicamente – foi uma decisão da equipe de trabalho, que possibilitou que diferentes realidades fossem contempladas e consideradas na execução do Nós Propomos! Goiás, afinal, uma cidade

pequena, situada em um município com menor dinamismo econômico, muitas vezes carece de infraestrutura adequada, políticas públicas e uma economia diversificada, ao mesmo tempo, pode ser desprovida de problemas típicos de grandes aglomerações urbanas, como criminalidade acentuada, saneamento básico deficitário nas áreas periféricas e favelização.

Isto posto, os centros educacionais (Instituto Federal, escolas regulares e centros de ensino em período integral) presentes nas seções de resultados estão situados nos seguintes municípios: Aparecida de Goiânia (RMG), Anápolis, Goiânia (RMG), Inhumas (RMG), Iporá, Nova Veneza (RMG) e Senador Canedo (RMG).

A segunda seção comporta quatro dos oito capítulos de resultados e valoriza essencialmente problemas atrelados ao espaço urbano e na relação cidade/campo, contudo, não contém diferenças expressivas com relação a terceira seção, apesar da diferença na nomenclatura. No que concerne ao conceito de “cidadania”, especialmente o de “cidadania territorial”, ele marca presença em quase todos os capítulos, em maior ou menor medida, já que ser cidadão demanda não apenas o cumprimento de deveres e pleitear direitos, mas sim, ser um sujeito ativo, crítico, participante das decisões públicas coletivamente importantes, em outros termos, ser um sujeito politizado. O projeto de modo geral ambiciona esse ser social.

Na segunda seção, os capítulos existentes são: “Formação cidadã técnico-profissional: potencialidades da Geografia nos cursos técnicos integrados ao ensino médio”; “Espaço urbano e cidadania: propostas na área de saneamento para mitigar os problemas ambientais da comunidade escolar”; “Dos problemas locais à atuação cidadã: violência urbana e relação cidade/campo em Inhumas (GO)” e “Ensino de Geografia para a cidadania: a experiência do Colégio Estadual Mané Ventura em Aparecida de Goiânia (GO)”.

Na terceira seção, os capítulos presentes são: “Bacia Hidrográfica e mobilidade urbana no contexto do Projeto Nós Propomos! Goiás”; “A Geografia do patrimônio cultural do município de Senador Canedo-GO”; “A Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o direito à cidade: o problema da intolerância religiosa frente à condição cidadã” e “Educação libertária e libertadora e as proposições para o ensino de Geografia no CEPI Gomes de Souza Ramos, em Anápolis (GO)”.

A delimitação dessas seções de resultados provavelmente foi crucial durante a execução do projeto, auxiliando na definição do foco de cada capítulo e experiência. Contudo, após a leitura integral da obra, não foram observadas diferenças suficientemente marcantes que justificassem a divisão em duas seções distintas para expor as práticas, uma vez que a essência é muito similar e conceitos fundamentais perpassam todos os capítulos. Optamos por

contemplar os artigos que se destacam positivamente por abarcarem temáticas não muito exploradas ou por detalharem melhor os problemas e os resultados. Na segunda seção, os dois primeiros capítulos foram escolhidos, um por ter ocorrido antes da Covid-19 e o outro por ter obtido resultados – e soluções – diferentes e valiosas nos dois anos de implementação do projeto (2020 e 2021).

Assim, a seção começa com o capítulo “Formação cidadã técnico-profissional: potencialidades da Geografia nos cursos técnicos integrados ao ensino médio” escrito por Michel Rezende da Silveira – Doutor em Geografia na Universidade de Brasília (UnB), atualmente é professor no Instituto Federal Goiano (IF Goiano) – Campus Iporá. A experiência se diferencia – positivamente – das demais em virtude de ter acontecido antes da emergência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). Assim, suas atividades se processaram entre os anos de 2018 e 2019. Outro fator que faz deste caso ser peculiar, em relação aos demais, é o fato de ter tido como agentes protagonistas discentes de cursos técnicos do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), que estavam cursando o ensino médio.

Essa realidade permite que estudantes teoricamente mais “maduros” política e metodologicamente, bem como socialmente, participem ativamente das etapas precípuas de identificação, análise/estudo (em grupo) e na proposição de soluções. Estudantes de ensino fundamental, considerando a faixa etária predominante, podem apresentar limitações metodológicas e uma outra compreensão da realidade política e social.

Na execução do trabalho, os estudantes dos cursos técnicos em Agropecuária, Química e Desenvolvimento de Sistemas tiveram ao todo 11 encontros, além da apresentação dos resultados (12º encontro). Cada curso técnico teve uma quantidade específica de grupos de estudo. Um que merece ser destacado por envolver tecnologia e Geografia é o aplicativo desenvolvido pela turma de Desenvolvimento de Sistemas visando a reciclagem e doação de lixo eletrônico.

Uma ponderação pertinente, que também corrobora a interpretação desta experiência como diferencial, é o rigor metodológico com que o planejamento foi executado — como explicitamente detalhado na escrita do trabalho. Essa fidelidade ao método foi viabilizada, em parte, pela inexistência de uma pandemia durante o período de realização, conforme mencionado anteriormente.

O segundo capítulo dessa seção “Espaço urbano e cidadania: propostas na área de saneamento para mitigar os problemas ambientais da comunidade escolar” foi desenvolvido pelos autores Onofre Pereira Aurélio Neto – Doutor em Geografia pela Universidade Federal

de Goiás (UFG), atualmente professor da Rede Municipal de Educação de Goiânia e Rodolfo Ferreira Alves Pena – Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e docente da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME) – durante a pandemia. Desse modo, as atividades de campo foram comprometidas o que não impossibilitou a realização da investigação. Os estudantes de 9º ano da Escola Municipal João Vieira da Paixão (Goiânia) trabalharam espontaneamente em duas frentes principais: rede de esgoto e destinação do lixo.

A escola está situada no bairro Residencial Solar Bougainville, afastado do centro. Conforme ilustrado pelos discentes em uma fotografia retirada no *Google Earth*, parte dos próprios estudantes residem nas proximidades. Por se tratar de um recorte espacial não central, é de se imaginar a ocorrência de problemas típicos de grandes centros urbanos, notadamente aqueles de periferia, que podem sofrer com o descaso público. O texto não deixa em evidência o motivo principal pela escolha dos temas, cita apenas que optaram – em grupo – pelas temáticas já referenciadas. Mas é crível pensar que essa escolha se deu em decorrência da vivência deles e dos problemas que os afligem.

Dentre os resultados conquistados em 2020 os discentes constataram que cerca de 76% dos domicílios dispõem de esgotamento sanitário, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que uma parcela expressiva de moradias não é atendida por esse serviço. Também observaram que houve, entre 2006 e 2020, uma expansão no número de construções no bairro da escola.

Em 2021, com o abrandamento da pandemia, os estudantes de 9º ano foram a campo para avaliar como era a questão do depósito irregular de resíduos sólidos no bairro onde se localiza a escola. Por meio de fotografias e relatos foi diagnosticado uma situação precária: a falta de iniciativas por parte do poder público e uma população que carece de responsabilidade ambiental. Como solução, os estudantes elaboraram um cartaz tencionando sensibilizar a população quanto à essa destinação questionável. Tal material promoveu um exercício de reflexão e mesmo não sendo inovador, é extremamente prático e tem potencialidade.

Esse segundo capítulo merece destaque, uma vez que apresentou resultados significativamente diferentes em cada um dos anos das atividades (2020 e 2021). Mesmo que a escolha dos temas não tenha sido integralmente explicada no livro, não se trata de algo exclusivo dessa parte, outros capítulos também cometeram o erro de não detalharem a escolha das temáticas.

Como dito anteriormente, a terceira seção também é constituída por quatro capítulos que não possuem grandes divergências quanto aos capítulos da segunda seção, mesmo que

tenham ocorrido em municípios e centros de ensino diferentes. A metodologia implementada foi muito parecida e os conceitos basilares do projeto atravessaram todas as experiências.

Merecem destaque especial o segundo e o terceiro capítulo. O segundo é bastante interessante ao ser o único a trabalhar com a questão do patrimônio. O terceiro capítulo foi selecionado por ter como protagonistas os discentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) — um público com particularidades distintas em relação aos estudantes do ensino regular. Além disso, o trabalho associou, de modo exemplar, a intolerância religiosa ao racismo, aprofundando a análise sobre como essas formas de discriminação se interligam na realidade brasileira.

O segundo capítulo dessa seção, nomeado “A Geografia do patrimônio cultural do município de Senador Canedo-GO”, foi escrito por Ícaro Felipe Soares Rodrigues – mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), atualmente é professor da Secretaria Municipal de Educação do município de Senador Canedo (GO) e Isabella Luiza Fernandes – Discente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Anápolis. Inicialmente são apresentados alguns dados acerca do município de Senador Canedo e um breve relato de sua história, localizando o município mediante um mapa. A escola que participou dessa experiência foi a Luzia Maria de Siqueira (municipal) e o tema principal foi o patrimônio de Senador Canedo, particularmente a Igreja Todos os Santos (tombada como patrimônio) e a estação ferroviária da cidade, que hoje tem como função abrigar uma biblioteca e um salão de danças.

Os discentes foram a campo e apresentaram um mapa de localização dos patrimônios citados. Quanto a igreja, observaram de perto a atual situação do prédio e realizaram uma maquete de isopor que ficou extremamente fiel à realidade. Também foram tiradas fotografias da estação ferroviária e de uma residência antiga que está completamente abandonada e depredada.

Como proposta de resolução optaram por criar uma página/perfil na rede social *Instagram* no mês de novembro de 2021. No decorrer das semanas lançaram materiais/conteúdos que detalhavam o que era patrimônio cultural, os patrimônios da cidade, a Geografia de Senador Canedo e os problemas enfrentados. Apesar do belíssimo trabalho em tentar levar à população um pouco da importância histórica desses patrimônios, o perfil na rede social não é alimentado com novas postagens desde o final de novembro de 2021. Não se sabe ao certo o motivo, se é desinteresse ou falta de orientação por parte dos docentes ou de membros do projeto.

O terceiro capítulo dessa seção “A EJA e o direito à cidade: o problema da intolerância religiosa frente à condição cidadã” como o próprio nome indica, compreende estudantes do EJA da Escola Municipal Jardim América da capital do estado de Goiás. Ele tem como autores Magno Emerson Barbosa da Silva – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor da Rede Municipal de Educação de Goiânia e Mirianete Eire dos Santos – Discente de uma turma de EJA da Escola Municipal Jardim América.

O tema escolhido se deu a partir do interesse dos discentes pela temática, mas também por tópicos fundamentais como tolerância e cidadania. Assim, o escolhido foi o da intolerância religiosa, sobretudo os seus impactos nas dimensões socioespaciais do corpo, da escola e da cidade. A partir do tema escolhido, novos desdobramentos foram sendo apresentados.

Muitos desses discentes vieram de outros estados do Brasil — 34% deles — e, dependendo do tempo de residência em Goiânia, possuem vínculos fragilizados e não plenamente constituídos. Essa condição limita o acesso aos recursos culturais da cidade. No projeto, uma das primeiras etapas consistiu na disponibilização e análise de fascículos produzidos pela Repec.

Posteriormente, foram a campo e observaram alguns pontos que possuem pujança social significativa. Tal prática de campo é importante pois incentiva a sociabilidade, o ato de viver em sociedade, de trocar informações, conhecimentos e experiências, sendo de grande valia para estes estudantes que sempre tiveram uma grande limitação tanto no acesso como no entendimento da importância desses espaços.

Foram realizados encontros via *Google Meet* em que uma parcela dos participantes estava na escola e a outra acompanhando de maneira remota, por meio da ferramenta citada. Nesse encontro foram debatidas questões referentes à intolerância religiosa e foi possível, mediante a visão de mundo dos estudantes e com a orientação de professores, associar esse grave problema social ao racismo que é fortemente perpetuado no Brasil. De forma pertinente, foi comentado que a intolerância é mais recorrente com as religiões de origem africana, a exemplo do Candomblé. Não é difícil de verificar casos em que os espaços destinados à prática dessas crenças são violentamente atacados.

Uma aluna que teve atribuído um nome fictício (Júlia) afirmou de maneira assertiva que a intolerância não é algo restrito ao campo religioso, e sim, uma prática racista e discriminatória. Afinal, por que as religiões hegemônicas do ocidente sofrem menos com esse tipo de ataque? Talvez por comportarem um maior número de fiéis ou por não terem emergido na matriz africana, subalternizada?

Essa intolerância, inclusive, é a porta para a exposição dos corpos negros, tal perspectiva foi produto obtido com a experiência do projeto. Intolerância resulta em violência, seja ela física ou psicológica, o que produz consequentemente uma realidade danosa que põem em risco a dignidade desses tais corpos, condenados e atacados por não pertencerem a determinado grupo. O capítulo é rico, tanto por construir uma discussão proveitosa sobre o assunto, mas também ao relacionar intolerância e racismo.

Isto posto, o livro em questão traz capítulos extremamente valiosos, abordando temas pertinentes a ciência geográfica, mas que ao mesmo tempo são temáticas transdisciplinares. Mesmo que alguns capítulos tenham tido experiências mais diferenciadas (não necessariamente inovadoras) do que outros, todos corroboraram de alguma forma na identificação de problemas e na elaboração de propostas de resolução. Alguns capítulos apresentam limitações ao não seguirem a metodologia pretendida de maneira rigorosa, além disso, existem duas seções diferentes de resultados sem a real necessidade, pois como foi salientado em momento anterior, muitos dos conceitos basilares do projeto Nós Propomos! Goiás são tratados em todos os capítulos, a exemplo do conceito de cidadania.

É recomendado a leitura deste material que põem em primeiro plano uma construção coletiva e crítica, dando aos estudantes, mas também ao professor, autonomia para o engendramento de uma simbiose entre teoria e prática, na qual ir a campo, observar, identificar problemas e debatê-los foi caminho imprescindível. Se almejamos uma nova e transformadora educação, particularmente a geográfica, inspirados no professor Paulo Freire, é preciso romper com as bases rígidas e atuais, sair do comodismo e aderir à formação contínua, paradigmática, que busque incomodar aqueles que nada fazem para inspirar e motivar a sociedade em direção à criticidade. Caso contrário, vamos nos submeter a uma busca eterna e utópica.